

## EDUCAÇÃO PROVINCIAL NO ESTADO DO AMAZONAS: UM OLHAR SOBRE AS FONTES TEÓRICAS E DOCUMENTAIS DA EDUCAÇÃO FEMININA EM PARINTINS NO ANO DE 1857<sup>1</sup>

Autor: Marciane de Souza da Silva<sup>2</sup>; Co-autor: Mary Tania dos Santos Carvalho<sup>3</sup>

Universidade do Estado do Amazonas- Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP, <http://www.uea.edu.br>

**Resumo:** O presente estudo buscou conhecer o processo em que se deu a inserção das mulheres na educação em Parintins-Am, tendo como locus a história da educação local, tempo/ espaço, investigados no Projeto –lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857. Objetivamos conhecer o processo histórico local do tempo-espaço em que se deu a inserção das mulheres na educação em Parintins por meio de fontes teóricas e documentais; Caracterizar a partir das fontes documentais como o direito assegurado em lei era aplicado para que as mesmas pudessem estudar durante o período provincial fundamentando com a aprovação do Projeto -lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857; Analisar a partir das fontes bibliográficas a situação da mulher na educação situando o contexto histórico parintinense, e amazônico. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, bibliográfica e fontes primárias além da ampla análise sobre bibliografias que abordam o tema, requerendo um estudo mais amplo dos fatos que levaram a tal inserção. Os resultados apontam que a mulher ao longo desse processo histórico foi sujeitada em função do autoritarismo masculino que há muito submeteu a tal condição já que a sociedade na época concebia a mulher apenas para o casamento, ou para a vida religiosa, ou para o trabalho doméstico e escravo, práticas que precisavam de pouca ou nenhuma educação escolar.

**Palavras-Chave:** Inserção. Educação. Feminina.

### Introdução

Refletir sobre a história de um determinado lugar, ou fato, exige necessariamente conhecer e analisar o processo em que o mesmo aconteceu: no tempo e no espaço, interrogando os documentos, ou colhendo em fontes informações que pudessem trazer a luz do real acontecido. De tal forma, neste trabalho queremos entender as transformações que permearam a inserção da mulher na educação parintinense no ano de 1857, para tanto, foi necessário um estudo dos fatos que pudessem nos remeter à aquela inserção.

A partir das ideias presentes na época sobre a situação feminina no mundo, no Brasil, Amazonas e Parintins, almejamos com este trabalho abrir um leque para novas abordagens ou estudos e discursões que permitam trazer um olhar que inclua a mulher no espaço e tempo, dentro de uma perspectiva mais ampla da história moderna e contemporânea nos possibilitando investigar o perfil de como a mesma era vista, suas lutas, seus anseios no período em questão no mundo.

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de graduação do curso de Licenciatura em História.

<sup>2</sup> Graduada no Curso de História do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: [marcywendell@gmail.com](mailto:marcywendell@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática REAMEC/ Polo UEA: [Marytania-sc@hotmail.com](mailto:Marytania-sc@hotmail.com).

Para as indagações formulamos os seguintes objetivos: Conhecer o processo histórico local do tempo-espaço em que se deu a inserção das mulheres na educação em Parintins por meio de fontes teóricas e documentais; Caracterizar a partir das fontes documentais como o direito assegurado em lei era aplicado para que as mesmas pudessem estudar durante o período provincial buscando aprofundar com a aprovação do Projeto -lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857; Analisar a partir das fontes bibliográficas a situação da mulher na educação situando o contexto histórico parintinense, e amazônico.

Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica, fontes primárias no acervo online do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas – IGHA, Relatórios da Província do Amazonas dos anos 1853 a 1883 e 1893 a 1903 encontrados na Biblioteca Particular do Pará Eric Canto. A pesquisa faz um olhar nos autores que se debruçaram sobre a temática acerca da inserção da mulher na educação em um contexto macro, porém afunilando para os acontecimentos no recorte temático situando a importância histórica do contexto amazônico e parintinense.

### **1. A inserção das mulheres na educação provincial no estado do Amazonas, um olhar sobre as fontes teóricas e documentais.**

Sabe-se que, inicialmente a educação estava concentrada basicamente na mão da igreja, ou seja, vigários se responsabilizam pela educação de meninos e meninas, e isto significava uma educação apenas para propagar valores religiosos, ainda que fosse, aqui a mulher já era excluída. Segundo Romanelli (2005, p.33), “Apenas àqueles cabia o direito à educação e, mesmo assim em número restrito, porquanto deveriam estar excluídos dessa minoria mulheres e os filhos primogênitos, aos quais se reservava a direção dos negócios paternos”. O ensino aqui estava priorizado a classe masculina e logo, as mulheres ficaram excluídas do sistema escolar estabelecido na colônia.

Historiograficamente, a independência do Brasil ocorreu em 1822 e até 1888 perpassamos pelo período imperial. Para Cerqua (1980) em 1822, Parintins era denominada Vila nova da Rainha, a independência ocorrida no dia 07 de setembro só foi noticiada no dia 09 do mesmo mês com grande júbilo (p. 56). No Amazonas até o ano de 1825 a 1850 ainda pertencíamos a província do Grão Pará, a separação oficial do Amazonas da Província do Grão-Pará acontece em 1850, embora separada (Pontes Filho, p.112)” Do ponto de vista econômico a nova Província ainda era substancialmente dependente do Pará, sobretudo com relação ao comércio”.

Manaus nessa época já passava por transformações em virtude das relações econômicas oriundas da borracha, alguns cientistas naturalistas que viajaram por estas regiões fazem menção ao panorama local dos lugares visitados, inclusive aqui em Parintins, observado por Bates (1979, p.117) “Visitei, na companhia do Padre Torquato, um desses trechos descampados, distante acerca de sete quilômetros do povoado” ao fazer uma viagem em Parintins quando ainda era denominada Vila Nova da Rainha”.

Nesse sentido Avé-Lallemant (1980), afirma que em suas viagens avistaram Vila Bela da Imperatriz outrora Vila Nova da Rainha, na frente da cidade na praia encostaram avistando uma casa branca parecido com um quartel, as pessoas da vila com características ingênuas, não viu um só índio ocupado com trabalho, não possuíam nada para esconder em suas casas, tudo está aberto, sem nenhuma porta ou janelas, as crianças com sua ingenuidade andavam nuas (p. 89).

Segundo Saunier (2003, p. 127), “O ensino primário antes da criação da província, frequentavam em uma escola, que foi casa do organizador de Parintins, José Pedro Cordovil, hoje atual Escola Araújo Filho, apenas 25 alunos recebiam a educação primária tendo como primeiro professor efetivo, Pe. Antônio Torquato de Souza”, apresentou um projeto para a criação do ensino primário para o sexo feminino, pois o ensino era permitido apenas aos meninos estando elas destinadas até aquele momento à atividades domésticas. O projeto – lei que aprovou a inserção feminina na educação foi levado a câmara e num segundo momento foi aprovado em 1857, conforme elucida também Bittencourt (1924, p.138):

Na sessão de 23 de Agosto do mesmo ano, o deputado Tapajós apresentou um projeto criando (sic.) a cadeira do ensino primário para o sexo feminino, projeto que foi rejeitado na primeira discussão. Esta escola foi creada (sic) depois, em 1857, pela lei nº 75 de 14 de Dezembro, tendo sido autor do projeto respectivo o Deputado Padre Torquato, que o apresentou na sessão da Assembleia Provincial, de 10 de Novembro de anterior.

O Padre Antônio Torquato de Souza, religioso, católico, nasceu em Salina exerceu muitas missões no Xingu e em Vila Nova da Rainha. Foi deputado provincial e autor do Projeto -lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857, criando a primeira escola em Vila Nova da Rainha. Com a aprovação do projeto – lei as mulheres tinham o direito frequentar a escola, poderiam realizar o sonho de serem educadas na escola formal e terem a mesma instrução possibilitada aos homens e neste espaço educacional as mulheres iam ter a possibilidade de terem acesso a uma sala de aula, o que possivelmente há muito tempo por elas era cobiçado, pois antes da aprovação do Projeto – lei a única escola de meninas ficava na capital, deixando o interior no mais puro abandono. Ainda que

O professor de primeiras letras de Vila-Bella da Imperatriz ensina também em sua escola doze meninas.

Localidades.	Professores.	Provimentos.	Alunos	Alunas	TOTAL.
Capital.	Padre João Antonio da Silva.	31 de agosto de 1855.	58		
Serpe.	Padre Francisco de P. C. de Albuquerque.	12 de janeiro de 1855.	15		
Silves.	Padre Daniel P. Marques de Oliveira.	29 de outubro de 1855.	41		
Vila Bella.	Padre Torquato Antonio de Souza.	12 de janeiro de 1855.	36	12	
Andaraí.	Padre Manoel Justiniano de Souza.		37		
Manaus.	Francisco Antonio Ferreira.	20 de novembro de 1849.	40		
Casimiro.	Padre Francisco Pedro de Oliveira.	27 de novembro de 1855.	12		
Boca.	Padre Joazeiro Ferreira da Silva Franco.	6 de junho de 1856.	33		
Quary.	João Francisco Ferreira de Góes.	30 de abril de 1857.	33		
Tefé.	Antonio Manoel Sanchez Fialho.	7 de março de 1854.	40		
Fonte Boa.	Vago.				
E. Paulo.	Padre Manoel Ferreira Barros.	26 de maio de 1854.	21		
Tahitiza.	Frei Bernardo de Nossa Senhora de Nazareth Pereira.		14		
Moura.	Manoel Ferreira Borges.	15 de setembro de 1854.	11		
Barcellos.	Vago.				
Thomaz.	Vago.				
S. Gabriel.	Thiago Pedro Cordeiro.	19 de janeiro de 1854.	14		
Marabitanas.	Frei Manoel de Sant'Anna Salgado.	3 de novembro de 1855.	23		
Capital.	D. Lúcia T. Rodrigues Ferreira.			24	
Tefé.	D. Ignácia Xavier d'O. Conceição.	16 de agosto de 1855.			
SOMMAS.			428	38	466



meninas não podiam cursar todas as disciplinas disponíveis

FONTE: Relatório provincial do secretário interino Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães em 1856

No relatório enviado ao presidente da província confirmamos no mapa demonstrativo a quantidade de alunos matriculados no ano da aprovação do projeto lei, bem como a constatação de que no ano de 1855 haviam 12 meninas que frequentavam a escola “encostadas”<sup>4</sup> junto dos meninos, tendo como professor o Pe. Torquato.

Na época, era mantido pelo governo um jornal chamado *Estrela do Amazonas* que noticiava informações de toda a província, na procura por fontes encontramos uma matéria no ano seguinte em que o projeto – lei do Pe. Torquato foi aprovado, no qual registrou o ressarcimento salarial do professor pelo excesso de alunos, ou seja, por ter dado aula também as 12 dozes meninas.

É fundamental buscar no passado o que dele está no presente para compreendê-lo e dar uma luz no futuro, assim podemos compreender dentro da conjuntura política e econômica, as vilas e povoados precisavam se adequar à nova roupagem administrativa da época, como a mulher dentro das limitações foi sendo colocada na sociedade ao sistema educacional de forma encostada, onde os avanços dependiam das conveniências apropriadas do costume local. São estas 12 meninas que nos remetem ao contexto social em que Parintins vivia no ano de 1857.

Com a aprovação Projeto - lei nº 75 de 14 de dezembro de 1857, as mulheres tinham o direito de frequentar a escola, não apenas ficar “encostadas”, poderiam realizar o sonho de serem educadas na escola, terem a mesma instrução possibilitada aos homens e neste espaço educacional terem o direito de acesso a uma sala de aula, o que possivelmente há muito tempo por elas era cobijado em Parintins, ainda que fosse apenas para o ensino primário as meninas não podiam cursar todas as disciplinas disponíveis aos meninos, paralela à isto, acrescentada as “prendas próprias” em sua formação escolar.

<sup>4</sup>Dicionário Aurélio sig: Verbo transitivo direto *encostar: Pôr junto; aproximar.*

Chamamos atenção nesta pesquisa para a inserção da mulher na história da educação local e sua emancipação como protagonista do processo histórico, que conseguindo mais espaços dentro do seu contexto social, não se permitiu ficar à margem da sociedade. Ao trazermos a história da educação em Parintins, compreendemos que as mulheres no ano de 1857 eram colocadas à margem, recebendo uma educação diferenciada propiciada aos homens, ou seja, um ensino da moral religiosa, prendas domésticas, uma sociedade que almejava formar boas filhas, esposas, mães, isto, vale ressaltar, que apenas as mulheres com status privilegiado.

### **Considerações Finais**

Há uma busca da nova mulher. Da imagem doméstica. Para imagem social. Na historiografia. Desbravar a discussão da situação da mulher na educação no que tange a educação formal na passagem dos séculos é importante para destacarmos que ao nos debruçarmos sobre os caminhos em que viveu e vive a mulher.

Sobre as novas abordagens ou estudos e discursões que permitiram trazer um olhar que incluiu a mulher no espaço e tempo, dentro da perspectiva mais ampla da história moderna e contemporânea nos possibilitou investigar o perfil de como a mesma era vista, suas lutas, seus anseios no período em questão no mundo e local. Por fim, acreditamos que há muito o que se fazer, pois trabalhar com história das mulheres e relações de gênero, enquanto abordagem histórica, é sempre um caminho a singrado.

### **Referências Bibliográficas**

[www.bndigital.bn.br/acervodigital/estrela-amazonas/2134420](http://www.bndigital.bn.br/acervodigital/estrela-amazonas/2134420). Visitado em 10/10/2015.

Biblioteca Particular Eric Canto. **Relatórios da Província do Amazonas**, Anos 1853 a 1883 e 1893 a 1903.

AVÉ-LALLEMANT, Robert (1980). **No Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo [1859].

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista do rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo 1979.

BITTENCOURT, Antônio C. R. **Memória do Município de Parintins**: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material. 1924. pg. 138.

CERQUA, Dom. Arcângelo. **Clarões de Fé no Médio Amazonas (a prelazia de Parintins no seu jubileu de prata)**. Revisão do livro foi feita pelo jornalista Anacleto Filho, 1980.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**: Memória dos acontecimentos históricos. Manaus: editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.